

Anexo 1

CONTEXTOS NACIONAIS ACERCA DOS DIREITOS LGBTQI+ NOS PAÍSES PARCEIROS

França

Homofobia e direitos dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo

Ao abordar questões LGBTQI+, a maioria das reações é de que “a homofobia acabou” desde que o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi votado em 2013. No entanto, a lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo evidenciou que a homofobia estava muito bem presente em França, visto que as agressões homofóbicas aumentaram 78% no ano da sua aprovação, com uma subida para quase uma agressão física a cada dois dias³⁴. Se a taxa de agressão diminuiu nos anos seguintes, voltou a subir desde 2018.

Em relação à paternidade, a lei mantém a adoção de crianças por casais do mesmo sexo, o que não é um requisito para casais heterossexuais que usam gâmetas de doadores. A cobertura de custos para a fertilização in vitro foi estendida a lésbicas e mulheres solteiras em 2021, mas apenas com menção explícita a ‘mulheres’, excluindo muitas pessoas trans e intersexo³⁵.

Direitos das pessoas transgénero e intersexo

As pessoas trans estão sujeitas a políticas altamente discriminatórias. Até 2018, elas tinham de ser esterilizadas à força antes de reivindicar a transição (acesso a hormonas, mudança do registo civil, entre outros). As questões relativas às pessoas transgénero continuam a ser ignoradas pela maioria das políticas. Por exemplo, as pessoas trans continuam excluídas da paternidade. Quando existem políticas para as proteger, na prática elas são contrariadas. Por exemplo, a associação XY Media reportou que alguns municípios recusam sistematicamente a mudança do registo civil das pessoas trans se estas não fornecerem um relatório de um psiquiatra, uma exigência que não é legal.

Os direitos das pessoas intersexo continuam a ser uma questão importante. Se as terapias de conversão foram proibidas por uma lei de 2021, as leis mais recentes não proibiram a mutilação genital intersexo. Apenas as cirurgias genitais são proibidas, mas não as terapias hormonais e gonadectomias³⁶.

³⁴ SOS Homophobia, Relatório Anual, Maio 2014.

³⁵ ILGA-Europa, Relatório Anual de 2021, Fevereiro de 2022.

³⁶ ILGA-Europa, Relatório Anual de 2021, Fevereiro de 2022.

Grécia

Homofobia e direitos dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo

O quadro jurídico na Grécia estabeleceu leis relativas à igualdade e à não discriminação devido às características sexuais, orientação sexual e identidade de género (emprego, bens e serviços, direito, doações de sangue, etc.). No entanto, não existe igualdade no que diz respeito à educação e à saúde. Além disso, a maioria das leis da família exclui pessoas LGBTQI+. Por exemplo, os casais do mesmo sexo não têm direito ao casamento, mas apenas a registo de união de facto sem direito à adoção.

Em relação à homo/transfobia, embora as leis devam proteger os direitos LGBTQI+, esta ainda existe. A discriminação, o assédio homofóbico e transfóbico, os ataques, declarações e as ameaças não cessaram³⁷.

Direitos das pessoas transgénero e intersexo

A Grécia não reconhece pessoas não binárias nem a autodeterminação em geral, e as pessoas intersexo estão excluídas de muitas partes do sistema legislativo. Por exemplo, não há proibição de intervenção médica.

É importante mencionar que as agências governamentais não aplicam o quadro jurídico estabelecido. Por exemplo, em janeiro de 2021, o Tribunal de Magistrados de Atenas negou o pedido de um homem trans para que o seu nome de família fosse alterado. O pedido do homem para mudar seu primeiro nome e marcador de género foi aprovado, mas o seu nome masculino agora aparecerá ao lado de um nome de família feminino, violando o seu direito à vida privada³⁸.

Por último, ainda existem terapias de conversão.

Itália

Homofobia e direitos dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo

Em Itália, o quadro jurídico em termos de igualdade e de não discriminação apenas abrange explicitamente o domínio do trabalho e das dívidas de sangue. A nível nacional, não existe outra lei que combata explicitamente a discriminação com base na Orientação Sexual e Identidade de Género noutros domínios, no entanto, 7 regiões têm uma lei específica, e o artigo 3º da Constituição da República Italiana estabelece o princípio da igualdade formal e substancial: embora a orientação sexual não seja explicitamente mencionada, a noção de "condições pessoais", tal como formulada na lei, sempre recebeu uma interpretação muito abrangente na jurisprudência.

Na Itália existe uma lei sobre a união de facto, todavia, não há igualdade no casamento e a adoção por casais do mesmo sexo não é automaticamente permitida.

Na Itália não existe uma lei sobre crimes de ódio que abranja explicitamente todos os crimes motivados por preconceitos com base na orientação sexual, identidade de género, expressão de género e características sexuais.

³⁷ ILGA-Europa, Relatório Anual de 2021, Fevereiro de 2022.

³⁸ ILGA-Europa, Relatório Anual de 2021, Fevereiro de 2022.

Direitos das pessoas transgénero e intersexo

Em termos de reconhecimento legal do género, estão em vigor medidas legais e administrativas, incluindo para menores. Por outro lado, as intervenções médicas em menores intersexo não são proibidas.

Não existem limitações no que toca a liberdade de expressão e existe proteção suficiente para os eventos públicos e para os defensores dos direitos humanos. Por último, estão em vigor leis para garantir asilo às pessoas que procuram proteção devido à sua orientação sexual e identidade de género³⁹.

PORTUGAL

Homofobia e direitos dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo

Desde a descriminalização da homossexualidade em 1982, Portugal adotou uma série de leis antidiscriminação. É um dos poucos países do mundo cuja constituição estipula a proibição da discriminação com base na orientação sexual. O casamento entre pessoas do mesmo sexo foi reconhecido pela lei em 2010. O direito à adoção para casais do mesmo sexo foi consagrado em 2016. Os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo parecem cada vez mais aceites pela população, uma vez que 74% da população portuguesa apoiou o casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2019⁴⁰.

Os debates mais recentes centraram-se nas dádivas de sangue. O período de suspensão para homens que fazem sexo com homens e querem doar sangue foi abolido em 2021. A não discriminação LGBTQI+ no contexto das dádivas de sangue foi ainda legislada durante 2021.

Direitos das pessoas transgénero e intersexo

Em 2011, uma lei de identidade de género foi adotada para simplificar o processo de mudança de sexo e nome para pessoas trans. Em relação ao reconhecimento de género, uma lei de 2018 introduziu o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa.

No entanto, continua a existir uma lacuna no que diz respeito à proteção efetiva das crianças e jovens trans e intersexo. As organizações da sociedade civil estão a pressionar o Parlamento para agir sobre esta matéria⁴¹.

³⁹ ILGA-Europa, Relatório Anual de 2021, Fevereiro de 2022.

⁴⁰ Inquérito de opinião do Eurobarómetro, 2019.

⁴¹ ILGA-Europa, Relatório Anual de 2021, Fevereiro de 2022.

Roménia

Homofobia e direitos das relações entre pessoas do mesmo sexo

2021 marca o aniversário de 20 anos desde a descriminalização da homossexualidade na Roménia. Desde então, o país introduziu várias leis antidiscriminação e penalizou crimes de ódio homofóbicos. As comunidades LGBT tornaram-se mais visíveis nos últimos anos. No entanto, a maioria da população continua a ser hostil aos direitos LGBTQI+ e parece que o país pouco faz para agir a esse respeito.

Em 2022, o Senado da Roménia aprovou um projeto de lei que proíbe a “propaganda gay” nas escolas e um projeto de lei que proíbe a discussão sobre homossexualidade e identidade de género em espaços públicos.

O não reconhecimento de casais do mesmo sexo é um problema maior, embora viole o direito da UE. Como o país continua a ignorar a Lei Europeia, a Comissão Europeia iniciou um processo de pré-infração contra a Roménia em 2020⁴². Várias decisões do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos avaliam que as autoridades romenas não oferecem uma proteção adequada e não investigam eficazmente os crimes de ódio homofóbico e transfóbico⁴³.

Como tal, a Roménia foi classificada, em 2022, na posição 26 dentre 27 países da UE no que toca a proteção dos direitos LGBTQI+ - atrás de todos os países da UE, exceto a Polónia⁴⁴.

Direitos das pessoas transgénero e intersexo

A Roménia carece de um quadro jurídico para o reconhecimento legal das questões de género. As violações do direito à vida privada e familiar⁴⁵ são um lugar-comum⁴⁶.

O acesso à terapia de substituição hormonal continua a ser limitado e inseguro, com as farmácias a fornecerem apenas um número limitado de opções para o tratamento com testosterona e estrogénio. Desde 2021, a lei criminaliza a posse, comercialização e compra de testosterona. A comunidade trans na Roménia depende de websites para encomendar hormonas do estrangeiro, devido à falta de oferta e respetiva acessibilidade⁴⁷.

⁴² Ver, por exemplo, COMAN and Others v. Romania (2018).

⁴³ Ver, por exemplo, M.C and A.C v. Romania judgement (2016); ACCEPT Association and Others v. Romania (2021).

⁴⁴ Rainbow Europe, Country Ranking, Maio de 2022.

⁴⁵ Artigo 8.o da Convenção Europeia sobre o direito à vida privada e familiar.

⁴⁶ Ver, por exemplo, X and Y v Romania case before the European Court of Human Rights.

⁴⁷ ILGA-Europa, Relatório Anual de 2021, Fevereiro de 2022.